

Crédito seca para empresas e renegociação de dívida dispara

Americanas, crise bancária internacional e juros altos pioram as condições do mercado; em fevereiro concessões caíram quase 9%

LUCA S. AGRELA
LUCIANA DYNIEWICZ

Diante de um cenário de juro alto, desaceleração económica, dificuldades no mercado internacional e crise na Lojas Americanas, o crédito corporativo no Brasil secou. Endividadas, empresas têm recorrido a renegociação de débitos, além de recuperação judicial e extrajudicial, para tentar sobreviver.

A tendência, segundo análises, é que as condições de crédito continuem duras pelo me-

nos até o fim do ano, dificultando a operação das companhias brasileiras.

Na semana passada, o Banco Central divulgou que a concessão de crédito para pessoas jurídicas foi de R\$ 166 bilhões em fevereiro, valor 8,6% inferior ao de janeiro. Para o Goldman Sachs, é provável que esse cenário piore. “Esperamos que as condições de crédito se tornem mais exigentes nos próximos meses devido ao alto nível de endividamento do consumidor, taxas elevadas, perspectiva de abrandamento da atividade real e o surgimen-

Sem fôlego

195 empresas pediram recuperação judicial no primeiro bimestre deste ano, aumento de 60% na comparação com o mesmo período de 2022; é o maior número desde 2017

to recente de várias situações de dificuldade de crédito corporativo”, afirma relatório do banco.

Na análise de Douglas Bassi,

sócio da área de reestruturação de dívida da Virtus BR Partners, a situação deve se manter assim no mínimo até dezembro, dado que, após o Banco Central reduzir a taxa básica de juros, a Selic, serão necessários de quatro a nove meses para haver efeitos na economia real.

Com o acesso ao crédito restrito, companhias têm tido dificuldade de rolar dívidas. As que conseguem estão pagando juros pesados. A Gol, por exemplo, trocou em fevereiro título de dívidas que venciam entre 2024 e 2026 por papéis que ven-

cem em 2028, mas assumiu uma taxa de juros de 18% - antes, variava entre 3,75% e 8%.

Para as que não estão tendo essa opção, as recuperações judicial e extrajudicial têm sido a saída. Na última semana, o Grupo Petrópolis, dono da cerveja Itaipava, e a varejista de moda Amaro recorreram, respectivamente, a esses expedientes.

Apenas no primeiro bimestre deste ano, 195 empresas no País já pediram proteção na Justiça, um aumento de 60% na comparação com o mesmo período de 2022. É o número mais alto desde 2017, quando foram feitos 197 pedidos nos dois primeiros meses do ano, segundo dados da Serasa Experian.

O economista Luiz Rabi, da Serasa, diz que o crédito ficou mais caro devido ao aumento da inadimplência e ao juro alto. Uma melhoria só seria possível com uma perspectiva de queda na inadimplência, o que não está no horizonte. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1